**PROCESSO**: **n º** 4701 – 000067/2017

**INTERESSADO:** Maria do Carmo Torres Braga.

**Assunto:** Conta Médica

**Detalhes:** Sol. Prod. conta Méd. ref. Dezembro/2016

Trata-se de **Processo Administrativo nº 4701 – 000067/2017**, em 01 (um) volume, com 09 (nove) fls., que versa sobre a solicitação de pagamento a Maria do Carmo Torres Braga, no valor de R$ 495,00 (quatrocentos e noventa e cinco reais) referente a serviços Médicos.

Os autos foram encaminhados a esta **Controladoria Geral do Estado – CGE** para análise final e parecer contábil conclusivo, atendendo ao que determina o Artigo 48 do Decreto Estadual nº 51.828/2017.

**1 - RELATÓRIO**

**I – PRELIMINARMENTE**

Observa-se que o Processo a Maria do Carmo Torres Braga, no valor de R$ 495,00 (quatrocentos e noventa e cinco reais) referente a serviços Médicos, foi conferido e não se encontra em obediência ao Art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64.

**2 – DO EXAME DOS AUTOS**

Feitas as considerações PRELIMINARES acima expostas, passamos a analisar os aspectos que merecem relevo na aferição da *“análise e emissão de parecer técnico”,* conforme requerido pela Assessora Técnica da Superintendência de Auditagem (fls. 09).

2.1. Constata-se o requerimento dos Serviços prestados, com a ciência do Gerente de Saúde, Márcio Mota Gomes(fls. 02).

2.2. Observa-se que foi acostado o comprovante de entrega de produção Médica, fls. 03.

2.3. Foi acostado o relatório de glosa, de lavra da Niedja de Albuquerque Costa, Contas Médicas (fls. 04).

2.4. Conclusão pela possibilidade de pagamento (fls. 05).

2.5. Observa-se a falta de resposta da Gerencia Executiva de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade, para o Despacho da Diretoria da Presidência feita às fls. 06.

2.6. Verifica-se informações sobre a existência de dotação orçamentária, mas sem a conta específica para a alocação da despesa, fls. 07.

2.7. Constata-se que o gestor do órgão acostou aos autos o Reconhecimento e a justificativa do não pagamento da Dívida pelo Gestor do Órgão como determina o Art. 48 do Decreto Estadual nº 51.868/17, fls. 08.

2.8. Observa-se, que a despesa não encontra-se em conformidade com os Artigos 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/64.

2.9. Constata-se, que não foram acostadas as certidões de regularidade fiscal.

2.10. Não foi constado cópia do contrato de credenciamento do médico em tela.

**É O RELATÓRIO.**

**3 - NO MÉRITO**

De toda a explanação e detalhamento dos autos, contidos no **“Exame dos Autos”** do presente parecer e considerando a urgência que circunstancia a contratação, trazemos à baila as seguintes considerações, quais sejam:

1. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA –** Que seja informada a dotação orçamentária a ser utilizada para a despesa requerida.
2. **DAS CERTIDÕES** – Quando do pagamento que as certidões referentes à regularidade fiscal da prestadora de serviços **sejam atualizadas**, e acostadas aos autos em atendimento à legislação pertinente.
3. **NOTA DE EMPENHO** – Que o órgão realize a emissão da Nota de Empenho e liquidação no valor total de R$ 363,30 (trezentos e sessenta e três reais e trinta centavos).
4. **DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO** - Que seja acostado a cópia do contrato de credenciamento.
5. **DO DOCUMENTO FISCAL** – Que seja emitida a devida Nota fiscal da prestação dos serviços, quando da emissão da Nota de Empenho e que seja **“atestada”** pelo Gestor do Contrato.

**4 - CONCLUSÃO**

Encaminhem-se os autos ao gabinete da Controladora Geral, para conhecimento da análise apresentada e providências, sugerindo a devolução dos autos ao Órgão de origem, para a solução da pendência processual apontada no subitem 3.1, item **“a”** a **“e”** ato contínuo, que seja realizado o pagamento a Maria do Carmo Torres Braga, no valor R$ 495,00 (quatrocentos e noventa e cinco reais).

Maceió, 06 de abril de 2017.

Hertz Rodrigues Lima

**Assessor de Controle Interno/ Matrícula nº 29.871/9**

De acordo:

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem - Matrícula n° 113-9**